

PODER ENTRE OS MENONITAS NO BRASIL – Imigrantes em busca de Nova Identidade Social.

*Power among the Mennonites in Brazil – Immigrants in
search of a New Social Identity.*

Albert Friesen¹

RESUMO

Este artigo discute processos e relações de poder em grupos com características étnicas ou religiosas. Neste artigo o objeto de estudos apresenta e analisa os processos de poder da comunidade menonita no Brasil em seu período de imigração (1930 a 1945). A partir dessa apresentação e análise verifica-se e discute-se implicações de processos de poder em comunidades religiosas em geral. O processo social das relações de poder é analisado a partir das teorias de Kenneth Galbraith, James Reaves Farris, David R. Hawkins, Rosa Krauzs e Bertrand Russell. Os dados históricos enfocados e analisados fundamentam-se na obra do Peter Klassen do historiador menonita A. H. Unruh. A metodologia de pesquisa é bibliográfica, comparando os conceitos de poder aos fatos sociais apresentados nas respectivas obras literárias. Dentre outras considerações, evidencia-se que o aspecto econômico é preponderante nas relações e nos processos de poder em grupos sociais étnicos e religiosos, e que, contudo, a caraterização e o envoltório dos processos de poder são morais e religiosos. Apenas a conscientização desses níveis processuais de poder pode facilitar o manejo dos conflitos resultantes.

Palavras Chave: Poder; Processos e Relações de Poder; Grupos Étnicos e Religiosos; Conflitos Sociais; Conflito Moral.

ABSTRACT

This article discusses processes and power relations in groups with ethnic or religious characteristics. In this article the object of studies presents and analyzes the processes of power of the Mennonite community in Brazil during its period of immigration (1930 to 1945). From this presentation and analysis, implications of power processes in religious communities in general are verified

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Bacharel em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) – Email: castromariano@bol.com.br.



and discussed. The social process of power relations is analyzed based on the theories of Kenneth Galbraith, James Reaves Farris, David R. Hawkins, Rosa Krauzs and Bertrand Russell. The historical data focused and analyzed are based on the work of Peter Klassen of the Mennonite historian A. H. Unruh. The research methodology is bibliographic, comparing the concepts of power to the social facts presented in the respective literary works. Among other considerations, it is evident that the economic aspect is preponderant in the relations and processes of power in ethnic and religious social groups, and that, however, the characterization and the wrapping of the power processes are moral and religious. Only awareness of these procedural levels of power can facilitate the handling of the resulting conflicts.

Keywords: Power; Processes and Power Relations; Ethnic and Religious Groups; Social conflicts; Moral conflict..

INTRODUÇÃO

Todos os grupos vivenciam processos de poder na interação social. Esses processos de poder podem apresentar características inéditas em situações limite. Mesmo a fé cristã, a busca do chamado amor de Deus e as boas intenções do amor fraternal não conseguem evitar processos de poder conflituosos em comunidades étnicas e religiosas.

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar os processos de poder da comunidade menonita no Brasil em seu período de imigração. Verificar as implicações de processos de poder em comunidades religiosas a partir da história menonita no Brasil.

Os principais resultados e conclusões verificados: mesmo uma comunidade, abalada pelos acontecimentos da Segunda Guerra, perseguidos e excluídos de sua pátria (Rússia), com sonhos e ideais de fé e comunidade, não consegue evitar processos de poder no movimento de definir uma nova identidade social. As fontes e os instrumentos do poder, segundo K. Galbraith, são nitidamente visíveis no processo histórico da imigração menonita no Brasil. Igualmente, as mesmas categorias de poder podem ser verificadas em qualquer outra comunidade de natureza étnica ou religiosa.

A discussão do poder é nova em termos históricos. No nível prático, poder discutido é poder desnudo, portanto, inútil aos



propósitos ideológicos. O poder pode ser discutido academicamente, sem interferir em processos de poder. Enquanto os governos eram totalitários, monárquicos e/ou bélicos, a discussão do poder não tinha significado pragmático ao nível das massas. Mas, com o advento do socialismo e da democracia, o povo também desenvolveu uma compreensão, ainda que simplista, a respeito do poder.

A igreja cristã viveu períodos históricos como detentora do poder, inclusive secular, sobre grande parte do mundo cristão. Rogou-se o direito da inquisição, de interferência e fomento das conquistas continentais através do poder da espada² e do domínio de povos silvícolas por intermédio da religião a favor da exploração colonialista das terras (RIBEIRO, 1995, p. 56ss).

Na atualidade o observador atento percebe com sempre mais frequência que as pessoas de modo geral comentam questões de poder. Existem, inclusive, alusões ao poder quando se refere à gestão de comunidades eclesíásticas. As reflexões a seguir querem enfocar um pouco este processo, o poder, as relações de poder no âmbito da igreja evangélica, concentrando-se por fim num fenômeno histórico da igreja menonita no Brasil no período de sua imigração. Este artigo não pretende tratar do tema modo completo, quer sim, fomentar a discussão do assunto. O primeiro conceito a ser visto é a relação de poder.

A pesquisa para este artigo não é exaustiva, no sentido de ter englobado as principais fontes a respeito do tema. Ela se baseia basicamente nos conceitos de poder do professor da Harvard University e consultor de alguns presidentes americanos, John Kenneth Galbraith: “Anatomia do Poder”, servindo estes conceitos para analisar o relato histórico do professor Peter P. Klassen a respeito dos menonitas no Brasil.

1. PODER E RELAÇÕES DE PODER

² As cruzadas à Terra Santa.



O “Dicionário de Terapias Familiares” apresenta a definição de relações de poder como segue:

A relação de poder caracteriza uma relação de pertencimento a um sistema, e os níveis hierarquizados de regulação, de controle e de sujeição que tal relação supõe: estar em uma relação de poder significa inscrever-se em uma hierquização social na qual alguém faz fazer algo a alguém, ou o faz ser o que ele é: neste sentido, o poder funciona tanto da posição baixa para a posição alta quanto no sentido inverso. (MIERMONT, 1994, p. 435)

O poder em grupos é a força de influência que modifica as ações do mesmo como um todo, tanto quanto individualmente, com objetivos específicos ou amorfos (pré-reflexivos). Na visão da complexidade sistêmica a força de influência pode ter suas origens tanto de cima para baixo, quanto de baixo para cima. Portanto, força é constituída pelo cargo oficial ou oficioso, pela força física ou pela fraqueza, pelo ódio ou pelo amor, pela tradição ou pela novidade. Parte-se do pressuposto que esse poder é basicamente constituído de maneira formal (contextual, regido por acordos prévios) e de maneira informal (pessoal, regido por vontades privativas). (KRAUSZ, 1991)

Segundo os primeiros princípios da Terapia Familiar Sistêmica, as relações de poder funcionais são a resultante interativa homeostática entre esses poderes.³ Mas, como o conceito de homeostase precisa ser questionado, pois nenhum sistema de fato chega a um equilíbrio absoluto e constante, os princípios atuais da TFS definem relações de poder funcionais como a resultante interativa entre os poderes de um sistema que favorece a continuidade, a flutuação e evoca a resiliência de um sistema.

A relação de poder é a dinâmica interacional que rege a organização de um sistema para a sua continuidade. A relação de

³ Ver em anexos os quadros de “Classificação de formas de poder”.

poder pressupõe o próprio poder que é a “capacidade de um dos membros da família de controlar, através da organização das atividades cotidianas, a frequência tanto das interações intrafamiliares quanto dos momentos de intimidade”. (MIERMONT, 1994, p. 437) Aliás, o conceito de Miermont precisa ser ampliado: o poder de que se fala é a capacidade de qualquer um dos membros da família, ou do conselho da igreja, ou de qualquer outro grupo de influenciar a organização das atividades cotidianas. Mesmo o doente ou o infante podem alterar a organização das atividades cotidianas, tanto quanto um membro recém eleito num conselho de igreja, ainda que novato, inexperiente e iniciante nessa trama de poder.

2. PODER

2.1. OS INSTRUMENTOS DO PODER

Galbraith define poder como “a habilidade de um indivíduo ou um grupo de conseguir a submissão de outros ao seu propósito”.⁴

Ao identificar que as referências usuais ao poder apresentam constantes subjacentes (GALBRAITH, 1989, p. XVI), o autor diferencia as fontes do poder, isto é, os atributos ou instituições que distinguem o poder daqueles que detêm o poder dos que se submetem. As fontes do poder são classificadas como de personalidade, propriedade e organização. (GALBRAITH, 1989, p. XVI) Estas fontes estão inter-relacionadas de maneira complexa com os instrumentos do poder: o poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado. Estes definem como o poder será exercido. (GALBRAITH, 1989, p. 3-4)

Os propósitos do poder condigno são alcançados através da força (HAWKINS, 1995) de ameaça e punição. (GALBRAITH, 1989, p. 3-4) Já o poder compensatório desenvolve uma dinâmica para conquistar a submissão, geralmente através de recompensa

⁴ Capa do livro.



pecuniária. (GALBRAITH, 1989, p. 4) Estas forças em geral são conscientes ao poderoso e ao submisso, inclusive aceitas por este. Mas, o poder que se efetiva através de crenças, incutidas mediante persuasão, em geral não conta com a ciência dos seus agentes, especialmente dos submissos. (GALBRAITH, 1989, p. 6)

Pode-se constatar inúmeras composições de poder entre as fontes e os instrumentos utilizados. Porém, Galbraith defende que no mundo moderno a fonte da organização é a mais utilizada e duradoura, (GALBRAITH, 1989, p. 7) podendo apresentar-se nas formas condigna, compensatória e/ou condicionada.

A motivação do poder são os interesses. É fato comum que não se enuncia explicitamente a intenção do poder, antes se camufla atrás de valores socialmente aceitos e/ou promovidos. (GALBRAITH, 1989, p. 8) Ainda que a posse do poder possa gerar sensação de satisfação, normalmente esta não pode ser manifesta como propósito em si. Precisa receber uma maquiagem cultural e social. Isso não significa que o séquito não esteja pré-reflexivamente cômico das intenções do detentor de poder.

Quem busca poder, geralmente se agrupa com pessoas que defendem interesses, valores e ideias semelhantes, (GALBRAITH, 1989, p. 9) aumentando assim a força.

Ainda que o jogo entre a dissimulação das intenções do poder e a realidade do prazer a partir da posse do poder possam gerar indignação generalizada, não existe sociedade moderna sem poder. (GALBRAITH, 1989, p. 13)

Os poderes condigno e compensatório são constituídos essencialmente por alguns elementos similares: a objetividade (visibilidade) e a graduação de intensidade. A diferença consiste em que o condigno é exercido por métodos negativos (aversivos) e o compensatório por meios positivos (desejáveis). (GALBRAITH, 1989, p. 15-17) Além desta diferença, o poder compensatório é tido como “mais civilizado e compatível com a liberdade e a dignidade do indivíduo do que a coerção condigna”. (GALBRAITH, 1989, p. 18)



Por isso, no mundo moderno executa-se um esforço considerável para diminuir a instrumentalidade condigna, substituindo-a pela compensatória. O elemento compensatório é o incentivo, isto é, a motivação para alcançar a submissão socialmente desejável. (GALBRAITH, 1989, p. 20-23)

A dinâmica do poder condicionado como tal nem sempre é percebida conscientemente, nem de quem se submete, nem de quem o impõe. Portanto, o poder condicionado pode ser considerado subjetivo. Galbraith apresenta duas formas de poder condicionado: por condicionamento explícito (persuasão e educação) e por condicionamento implícito (cultura, tradição, submissão vista como normal e correta). (GALBRAITH, 1989, p. 25)

O poder condicionado se processa num *continuum* (GALBRAITH, 1989, p. 30) em que com maior frequência passa da instrumentalidade condigna para a compensatória, sendo o esforço principal a condicionada. Os países desenvolvidos e ricos preferem esta para os sistemas de controle público. (GALBRAITH, 1989, p. 26-29) O condicionamento se processa através da publicidade, inicialmente de modo explícito, buscando tornar os seus alcances implícitos, isto é, que o sujeito não se dê conta de estar aderindo a um esquema de crenças e convicções, simplesmente anuindo às mesmas sem reflexão.

A forma persuasiva mais comum e aceita é a educação. (GALBRAITH, 1989, p. 31) Mas, muitas outras foram criadas diante da compreensão de que o poder condicionado é o melhor aceito, mantendo aparentemente o ser humano no centro das atenções. Entre as outras formas existe a imprensa, a televisão, a internet, os comícios políticos etc.

Porém, Galbraith adverte: “Na análise do poder, jamais podemos admitir que haja somente uma fonte ou um instrumento de poder em ação”. (GALBRAITH, 1989, p. 36) Ele compreende que os governos democráticos se utilizam de todos os instrumentos do poder: condigno, compensatório e condicionado. (GALBRAITH, 1989, p. 37)



2.1.1. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Galbraith fundamentou, como afirma na introdução, seus construtos sobre vários autores. Entre eles, Bertrand Russell. Este define poder quantitativamente como “produção dos resultados pretendidos”. (RUSSELL, 1979, p. 24) Os métodos desta influência podem suceder por três vias recorrentes: “A. mediante força física direta sobre o seu corpo...” (polícia; exército); “B. por recompensas e castigos...” (organizações econômicas); “C. por influência sobre a opinião...” (escolas, igrejas, partidos políticos) (RUSSELL, 1979, p. 24) Como se pode constatar, existe uma similaridade conceitual com os instrumentos do poder de Galbraith.

Porém, Galbraith ampliou o primeiro conceito (poder condigno), incluindo forças coercitivas que não são físicas, mas, nem por isso menos dolosas e/ou dolorosas. A sociedade moderna desenvolveu instrumentos que não requerem de força direta para modificar situações. A exposição social, a discriminação, a estratificação social podem ter efeitos de grau similares. Em nossos dias é preciso considerar as formas coercitivas que causam muito sofrimento, mas, cuja força punitiva não transparece tão evidentemente como o combate entre manifestantes e o batalhão de choque. Os chamados recursos democráticos não são explicitamente agressivos, porém, tem efeitos tão danosos ou até maiores do que feridas no corpo causadas por coação física. Não se mobiliza os empregados ao trabalho através de chibatadas, mas, será que o empregado de modo geral não teme mais a miséria e/ou a morte pela fome em função dum salário desprezível? (GALBRAITH, 1989, p. 19)

Por sua vez, ao falar do correlato de poder compensatório, Russell inclui com mais ênfase um aspecto que deveria ser considerado na sociedade atual: os processos de castigo através da recompensa. Quando Galbraith descreve o poder compensatório enfatiza a recompensa pecuniária. O termo “compensatório” reflete um conceito mais positivo que negativo. No entanto, é



possível exercer poder por omissão da recompensa, por descumprimento do acordado quanto à quantia e/ou forma da recompensa. Pode-se controlar as pessoas por recompensa insuficiente, tanto que não consigam consolidar sua independência e partir para um outro espaço que lhes permita uma troca mais satisfatória. A quantia de bancários e representantes de vendas que sofrem de síndrome de pânico e/ou sintomas depressivos delata uma outra forma de compensação agressiva: a mobilização extrema do trabalhador em torno de objetivos, metas e prazos. A instituição se utiliza da hierarquia administrativa para pressionar quem está subordinado, e, tanto um quanto outro pagam o ônus através do comprometimento da saúde e/ou da qualidade de vida.

Pode-se dizer que Galbraith compreende melhor o poder de influência (condicionado) que Russell e que tem uma visão mais atualizada. O que acontece no poder condicionado não é mera influência de opinião, e sim, condicionamento ostensivo de crenças, de conceitos básicos de vida, de pressupostos existenciais. O mecanismo de condicionamento sucede por recursos elaborados como a mídia em todas as suas formas, a educação, a cultura e a sociedade. Russell ficaria surpreso se conhecesse as múltiplas maneiras pelas quais se desenvolve uma crença hodiernamente e do seu poder de transformação. Uma opinião permanece ao nível da consciência. Mas, uma crença penetra as estruturas do inconsciente e determina ações e sentimentos que parecem pessoais e familiares, mas, são incutidos via métodos neuropsicológicos e outros.

2.1.2. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PODER RELIGIOSO NA IGREJA CRISTÃ

Enquanto sucedia esta pesquisa, o autor da mesma participou dum culto onde o poder condicionado transpareceu em sua vestimenta comum: a afirmação de fé, muitas vezes confundida com a própria religião. (GALBRAITH, 1989, p. 28)



O coral canta em melodia suave o tema da vontade humana versus de Deus a partir do Pai Nosso:

“Vater, wenn mein Wille still in deinem ruht
und ich halte stille, machst du alles gut”.
“Alles Widerstreben deinem guten Wort
nimmt aus meinem Leben deinen Frieden fort”.
“Willst nicht unterjochen, wenn du unterweist.
Du hast ja versprochen, dass du uns befreist”.
“Und dein guter Wille ist, dass allezeit
deine reiche Fülle liegt für uns bereit”.
“Ja, wir werden schauen, wie du das erfüllst,
wenn wir dir vertrauen, wollen, was du willst”.⁵

Pai, se a minha vontade descansa na tua
e eu sossego em ti, você cuida de tudo.
Toda contrariedade à tua boa palavra
retira de minha vida a tua Paz.
Tua instrução não pretende subjugar,
pois, você prometeu que nos libertaria.
A tua boa vontade é que em todo o tempo
haja disponibilidade de plenitude para nós.
Sim, vamos contemplar a realização,
se confiamos em ti, se queremos o que você quer.

A submissão à vontade de Deus é apresentada como desejável. A cessão da vontade própria se torna pré-condição para que “tudo” esteja bem. Até existe uma desconfiança de que acontece uma “subjugação”, mas, por estar envolta em forma de “instrução”, a desconfiança se dissipa. O poder condigno transparece como sombra ameaçadora, pois a resistência poderia privar o fiel de sua paz. O reforço positivo no processo de condicionamento é dado quando se promete liberdade e plenitude. Porém, a conclusão é inequívoca: a contemplação da realização se concretiza apenas “no querer o querer do outro”. Aceitar as determinações e a influência do outro.

⁵ Niden, Eckhart zur, “Vater, wenn mein Wille”, in: RIEGER, Jochen. *Das Vaterunser in 12 Liedern*. Germany, Asslar: Musikverlag Klaus Gerth, 2003, p. 16. Cantata do Pai-Nosso.



Na história humana, religião e poder caminham de mãos dadas. A ideia da utilização consciente do poder no cristianismo é rejeitada, anatemizada, como se fosse usurpação ao poder de Deus. Deve-se, porém, considerar que a hermenêutica normativa da Bíblia pode ocultar desejos e interesses pessoais de quem detém de fato o poder. Enquanto o fiel crer que a pregação do ministro religioso é a palavra de Deus, em nada se oporá às consequências e efeitos; pode ser literalmente conduzido como ovelha mansa ao matadouro que não resiste, somente obedece.

Evidentemente, por avanços sociais da democratização dos países, o poder condigno não é mais visto como a melhor forma de conduzir as instituições e pessoas, mesmo as religiosas. Nas últimas décadas o poder compensatório parece ser o preferido no Ocidente, tanto pelo Estado, quanto pelas religiões cristãs. As recompensas destas permanecem sendo as promessas de bem estar no futuro e na eternidade. Porém, um *Zeitgeist* imediatista, consumista e hedonista⁶ modificou a mensagem cristã. Novos conceitos são pregados com a mesma função compensatória e uma nova modalidade do exercício de poder foi instalada: teologia da prosperidade, a libertação de poderes espirituais obscuros pela chamada “batalha espiritual”, movimentos de cura pela fé, a realização do desejo de glória e de fama (equipes de louvor em cultos públicos; pregadores profissionais etc.), o mercado religioso, cultos em forma de show, ganhos secundários como elogios, aceitação, pertença e participação a um grupo específico, o elemento catártico dos momentos de “louvor” e outros.

O poder condicionado pode ser observado especialmente pela larga margem dos cristãos que participam do processo eclesial a partir da tradição, da cultura, do fazer aquilo que a família faz. “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele” é a fórmula do poder condicionado: educação e controle.

⁶ Chamado de pós-modernidade por alguns teóricos.

Porém, no poder condicionado corre-se o perigo da alienação, da falta de crítica, do ritualismo relativamente vazio de significados.⁷ A religião pode transformar-se apenas em prática rotineira, perdendo o elemento prático. Por exemplo, o círculo hermenêutico ver-analisar-julgar demanda a liberdade e a força para gerar novas perspectivas a partir da reflexão que pode opor-se ao dominante institucionalizado.

Em todas as religiões, as fontes de poder são visíveis para o iniciado à observação objetiva desse fenômeno. Os líderes e especialmente a liderança do poder informal são representados por indivíduos inteligentes, verbosos, desinibidos e mais agressivos. Mas, isso não significa que as pessoas que representam a liderança estão conscientes do papel de domínio e controle que exercem. Outras vezes fundadores e construtores de templos ocupam um espaço na liderança por terem subsidiado os projetos materiais, mas, ninguém questiona se a ação prática os habilita de fato para a liderança espiritual da congregação. Parece natural que estejam ali, ainda que sem habilidades específicas de liderança. Assim definem a qualidade material e a quantidade dos empreendimentos financeiros, ditam as normas do terreno, desejável, compram e manipulam o ministro religioso. Em geral, essa dinâmica não é consciente aos sujeitos.

Sucedem de maneira similar quanto as capacidades de organizar, associadas à personalidade dos líderes: estes são capazes de meta-perceber, ter visão global, visão estratégica e de gerir de pessoas. Como no mundo secular, a preocupação de organizar para funcionar melhor é própria também na igreja da atualidade. Existem várias formas organizacionais que buscam melhorar e controlar o processo de crescimento das igrejas brasileiras: igrejas com propósitos, igrejas em células, visão G-12, convenções e associações denominacionais etc.

⁷ Nenhum dos instrumentos do poder existe em forma pura, sempre acontecem interconexões com os outros poderes.



Ainda que se constate as várias formas de poder em qualquer religião e igreja, onde crenças regem a organização e afirmam conceitos básicos altruístas e autossacrificiais como no cristianismo, torna-se um ultraje afirmar que alguém pudesse buscar o poder para promover interesses pessoais em nome de Deus. Enquanto na sociedade capitalista/ consumista os interesses básicos são pecuniários, a religião oferece os interesses simbólicos. Assim, a religião favorece o suprimento de interesses pessoais de natureza social, psicológica, familiar (filhos sob controle), valores pessoais, religiosos e sociais.

Será que a comunidade religiosa deve ser esclarecida a respeito do poder que existe em qualquer instituição? O marxismo e a teologia da libertação realizaram esforços neste sentido. Algumas perguntas requerem ser consideradas:

O que aconteceria se os fiéis descobrissem que atrás da organização eclesiástica e da personalidade de seus líderes existe um exercício de poder? Que este mesmo poder não é apenas poder de Deus, mas sim, delegado à função sacerdotal? Podendo tornar-se poder a favor de interesses pessoais?

O encanto do símbolo não seria destruído? Isto não significaria expor uma ilusão?

Ainda que expusesse a ilusão, que efeitos resultariam? Freud trata desta possibilidade em “O futuro de uma ilusão”.

Ao expor o subjetivo do poder, oferece-se uma utilização mais consciente do mesmo. Forças entrariam em tensão. Dirigentes e dirigidos discutiriam mais, com os seus vários desenlaces possíveis, positivos e/ou negativos.

Convém considerar que a sociedade ocidental pós-moderna, de modo geral, é bem mais consciente dos jogos de poder, portanto, se demonstra cética. Ainda assim, os resultados parecem ser terapêuticos/úteis para a sociedade quando todas as pessoas estão informadas a respeito das forças que regem o processo social, assim é possível participar do mesmo. Lideranças eclesiásticas e políticas precisam refletir mais para não entrar em contradições, cumprindo o que de fato lhes foi delegado.



Entre as igrejas cristãs é próprio que elas mesmas forneçam poder aos seus seguidores, ainda que simbólico. Quem participa numa comunidade religiosa é visto, pode ser aplaudido ou criticado, conceder a si mesmo um mérito autoestimulado. Neste espaço, já que os ganhos pecuniários e concretos nem sempre estão em primeiro lugar, pode-se muito bem exercer o poder pelo poder. Por exemplo: o marido que não tem um bom relacionamento com sua esposa, encontra um espaço para a autorrealização participando e promovendo atividades na igreja, sendo reconhecido por isso; quem não consegue prover a sua família com bens básicos de subsistência exerce na igreja os dons de expulsar demônios, discernimento de espíritos, profecias, cura, administração, capacidade pedagógica etc. No exercício religioso a pessoa pode nutrir a vaidade e alimentar a sensação de poder. É possível afirmar que pessoas sem maior preparo formal para o exercício do poder encontrem nas religiões o seu espaço para o exercício e a vivência de situações poder.

As igrejas cristãs desempenham o exercício de poder de acordo com o movimento da sociedade democrática. Enquanto os governos totalitários eram possíveis, igrejas legalistas e controladoras quanto aos usos e costumes também prevaleciam. Mas, na medida que a sociedade secular se democratiza, a igreja também se transforma, como acontece na Assembleia de Deus quanto aos seus usos e costumes. Do poder condigno se passa à utilização preferencial do poder compensatório. No entanto, o que sempre existiu na igreja cristã e permanece com ênfase, é o poder condicionado. Certamente pode-se afirmar que os líderes religiosos que produzem o material intelectual, a organização da instituição e que dirigem as relações das pessoas são aqueles que recebem mais reconhecimento.

Ainda que constatando mudanças, a história da igreja demonstra que esta compreende bem mais lentamente as mudanças nos processos sociais do poder. Mesmo sendo uma idealizadora da ideologia do amor e da não violência, demorou mais que a sociedade secular em perceber que não é por meios



condignos que se dirige a instituição, que o poder compensatório realmente é mais civilizado. Outra instituição que aparentemente tarda nesse reconhecimento é o exército e são as corporações militares.

Surpreende perceber que em igrejas de maior poder aquisitivo o poder condigno é menos utilizado que o compensatório. Galbraith diz que a diferença entre o poder condigno e compensatório entre os pobres é menor. (GALBRAITH, 1989, p. 18)

2.1.3. PACIFISMO E PODER NA IGREJA MENONITA

Uma doutrina básica dos menonitas desde a sua origem é a doutrina pacifista. A maioria das migrações históricas se realizaram em função desse item. Dos países baixos como a Holanda migrou-se para a Prússia no século 17, e no século 18 para a Rússia regida pela Czarina Catarina II. Durante a revolução comunista, jovens menonitas prestavam serviço militar alternativo como enfermeiros no *front* de guerra e como trabalhadores florestais para não prestar serviço militar como guerreiros e soldados. (UNRUH, 1954, p. 23-44)

No entanto, a doutrina do pacifismo é muitas vezes compreendida como atitude sem poder. Bem se sabe que pacifistas também detém poder, a partir das três fontes em questão, citadas por Galbraith, bem como se utilizam dos mesmos instrumentos. A doutrina pacifista entre menonitas reduziu-se em alguns países apenas à negação do serviço militar e à não participação em lutas armadas. Mas, estimula-se a competitividade capitalista indiscriminada como em qualquer outra sociedade do capital. Este equívoco surpreende quando se consideram alguns postulados neo-testamentários do apóstolo Paulo. Este recomenda atitudes de amor ao inimigo e de boas ações como formas de transformar e influenciar o outro⁸: isto é poder. O ponto cego provavelmente se dá pelas mesmas razões de

⁸ Romanos 12. 20: “Pelo contrário, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber; porque, fazendo isto, amontoarás brasas vivas sobre a sua cabeça”.

qualquer detentor do poder: oculta-se intenções e informações para permanecer no controle e na subjetivização do poder a partir das crenças religiosas.

Pode-se verificar uma transformação processual das relações de poder também na igreja menonita. No passado, uma forma condigna de poder era utilizada quando pessoas cometiam “pecados sexuais”. As pessoas eram expostas publicamente, tinham de confessar seu pecado e pedir perdão à comunidade. Este procedimento já caiu em desuso, sem que se tenha desenvolvido algum ritual substitutivo. Trata-se atualmente a questão sexual apenas por condicionamento, educação e tradição. Mesmo o divórcio é processado sem que as pessoas sejam incondicionalmente excluídas, estudando as situações de caso a caso, buscando conclusões justas e procedendo terapeuticamente através do aconselhamento pastoral ou do encaminhamento para profissionais da área de matrimônio e família.

Ao refletir o poder na igreja menonita do Brasil se pode verificar que os vários projetos sociais, a condução burocrática e ideológica, nas últimas duas décadas foram realizadas especialmente por administradores de empresas, analistas de sistemas, empresários e gestores de recursos humanos. Este fato tem repercutido de várias maneiras. Por um lado, a forma organizacional e a fonte compensatória tem sido as preferidas. Por outro, parece que a força simbólica tem se perdido. Aconteceram várias cisões e muitas evasões por considerar a igreja muito empresarial, fria e sem vida. Os pastores e missionários, mais simbólicos, não conseguem debater com objetividade organizacional e de personalidade as questões pertinentes à administração da instituição, nem conseguem manter o *mysterium tremendum et fascinans*⁹ em foco.

Será que a distância entre o poder condigno e o compensatório leva os fiéis a uma dedicação mais superficial de

⁹ Expressão cunhada por Rudolf Otto para designar o sentimento que move a alma quando entra em contato com o numinoso, com aquilo que toca incondicionalmente o homem. OTTO, Rudolf. *O sagrado*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985, p. 17.



sua fé? Menonitas vindos da Rússia, ou descendentes que ouviram as suas histórias, acham que sim. Acham que a fé e a obediência eram maiores durante os sofrimentos consequentes da Revolução Comunista na Rússia. Pregadores compreendem que a superficialização tem a ver com a desobediência à Palavra de Deus. (BEVERI,)¹⁰

A história menonita no Brasil teve um período de lutas pelo poder, que giraram em torno de duas personalidades e uma instituição estrangeira. Logo depois da imigração no Brasil (1930 a.D.), dois líderes se destacaram nos planejamentos da colonização. O ancião Peter Nikkel e o pregador Gerhard Rosenfeld tornaram-se foco de divisão entre os 1.300 menonitas imigrados. Nikkel defendia que cooperativismo e igreja poderiam e deveriam estar sob uma só administração para que não houvesse divisões como em 1.860 na Rússia, onde a Igreja Irmãos Menonitas (IIM) se separou da Igreja Menonita (IM). Ele propunha a Igreja Aliança Menonita. Mas, o pregador Rosenfeld partia do pressuposto que a administração secular e a eclesiástica deveriam ser independentes, para evitar corrupção teológica. O Comitê Central Menonita dos EUA (de maioria Irmãos Menonitas) apoiavam a visão de Rosenfeld. Assim, em 1942, após longa batalha em reuniões e através de atas e cartas, o grupo se dividiu, com repercussões sociais, religiosas e emocionais até recentemente. (KLASSEN, 1995, p. 393-427)

Não é difícil ouvir: “Os ‘X’ (referindo-se a uma família) dominam tudo, estão em tudo”. Ou: “Bem, ele tem uma empresa de madeira, ele pode!” Assim, mesmo entre os menonitas se encontram todas as fontes e se utilizam todos os instrumentos gailbraithianos de poder.

É notório que atualmente, de maneira geral, se prega mais as bênçãos e menos os horrores do inferno, mais a graça do que o castigo eterno.¹¹ Está evidente que se caminhou um trajeto de

¹⁰ BEVERI, John. *De baixo de suas asas – a promessa da proteção debaixo de sua autoridade*. Dinamus.

¹¹ MEHL, Ron. *Deus trabalho no turno da noite*. YANCEY, Philip. *Maravilhosa graça*.



grandes mudanças concernente ao poder na igreja cristã quando se observa a história desde a inquisição até as teologias da prosperidade. Certamente a religião cristã acompanha o processo social e se vale dos mesmos recursos que a sociedade capitalista na condução dos seus processos de poder. O que não deve ser esquecido é que qualquer processo de poder deve valer-se dos três instrumentos a partir de todas as suas fontes. E cada situação deve submeter-se à discussão e ao debate para equacionar tanto as fontes quanto os instrumentos de forma que qualifique a vida.

Enquanto o condicionamento educacional foi um recurso de poder por décadas, quem sabe, séculos na igreja menonita (EBD, EBF,¹² pregações, estudos bíblicos, palestras, etc.), hoje verifica-se uma mudança de ênfases. A EBD foi substituída pelos grupos familiares ou as células, os cultos de doutrina e reuniões evangelísticas por celebrações. O tempo da liturgia que anteriormente pertencia à pregação agora é ocupado pelo chamado louvor. Este demanda a participação ativa das pessoas como permanecer em pé, bater palmas, interagir uns com os outros, etc. Pode-se considerar que o condicionamento educacional explícito está sendo substituído novamente por condicionamento implícito. Tem alguém cuidando das coordenadas? Para onde estamos indo?

3. AS FONTES DO PODER

Depois de ter apresentado a dinâmica geral do poder a partir de seus instrumentos, Galbraith discute as fontes do poder, buscando realçar detalhes específicos importantes no conhecimento da “anatomia” e dinâmica do poder.

Ao introduzir a discussão das fontes, ele defende que nenhuma é completa em si mesma, nem funciona isoladamente. A personalidade recebe importante realce pela propriedade, a propriedade no mundo moderno precisa estar associada à

¹² Abreviações: EBD: escola bíblica dominical; EBF: escola bíblica de férias.



organização, e esta por sua vez, com frequência se associa à personalidade e à propriedade para empoderar-se.¹³

As preferências de associação entre fontes e instrumentos já tinham sido verificadas, mas, convém revê-las a título de sublinhar a reflexão a seguir. Com incidência significativa, a personalidade se utiliza do poder condigno, a propriedade do poder compensatório e a organização do poder condicionado. No entanto, convém enfatizar: nenhum instrumento é exclusivo de nenhuma fonte específica de poder. Pode haver combinações variadas entre os vários fenômenos do poder, ainda que algumas preponderâncias se realcem.

3.1. A FONTE DA PERSONALIDADE

Na sociedade moderna a personalidade se expressa com importante ênfase através da atividade condicionada. Para tanto, não basta a força nem a estatura física. Em geral é preciso convencer e estar pessoalmente convicto que se tem algo especial que os outros não têm. Entre personalidades religiosas isso significa, que se está em contato com forças sobrenaturais não disponíveis da mesma forma a todos; entre políticos, de que se tem uma proposta que corresponde ao desejo social.

Para obter adesão social, a personalidade precisa dispor de capacidades pessoais, acuidade, precisão e capacidade mental, simpatia pessoal, aparente honestidade, temperamento, seriedade. (GALBRAITH, 1989, p. 42) Na sociedade democrática, exercida pela mídia, é preciso associar capacidades comunicacionais: expressar pensamentos em termos firmes, eloquentes, repetitivos e/ou convincentes. Em algumas circunstâncias a personalidade consegue persuadir os outros por uma crença pessoal, por obtusidade, isto é, tanta convicção pessoal que não se preocupa em levar seu séquito à reflexão, simplesmente repete sua crença até que ela tenha obtido adesão social.

¹³ Termo da terapia familiar sistêmica, original do inglês: *impowerment*.



No entanto, é preciso diferenciar entre o exercício puro de poder da personalidade e outros adereços. Pode-se confundir o poder genuíno da personalidade com o poder desenvolvido a partir da organização e da propriedade, depois que a pessoa se destacou através destas; é possível confundi-la com a vaidade, com a deferência e sicofania (bajulação), com a personalidade sintética e/ou criada, com características específicas de cabeças de organizações e profissionais, com costumes sociais que fortalecem pessoas em seus papéis e com o efeito histriônico – aptidão para identificar-se com a crença condicionada do eleitorado, produzindo a demagogia.

Diz Galbraith que “uma pessoa dotada de verdadeiro poder é aquela que, como parte do pacto, seja capaz de obter aceitação para substanciais ideias próprias”. (GALBRAITH, 1989, p. 46)

3.2. A FONTE DA PROPRIEDADE

Esta forma de submeter pessoas é a mais transparente e direta, explícita a quem exerce o poder, consciente a quem se submete. Enquanto no séc. XIX a riqueza ainda conferia poder a partir de suas simples possibilidades, o séc. XX está verificando que é preciso associá-la à organização. Esta, utilizando-se do condicionamento social transforma a riqueza em efeitos de submissão (porém, estes em geral são de natureza menos explícita ao povo em geral). A propriedade favorece a realização do poder condicionado. Em tempos modernos, seu instrumento concreto é a mídia em todas as suas formas.

Tanto a fonte da personalidade, quanto a fonte da propriedade passam contemporaneamente por uma transformação, tirando-lhes sua hegemonia. A fonte da organização se torna no principal recurso de poder na sociedade moderna.

3.3. A FONTE DA ORGANIZAÇÃO

As organizações são criadas para utilização lícita do poder condicionado. Para que a organização alcance seu objetivo, ela



precisa de simetria bimodal, isto é, que haja submissão interna dos sujeitos que realizam a organização. Sem submissão interna não se alcança a submissão externa, isto é, dos sujeitos que se gostaria condicionar/submeter aos propósitos pessoais e/ou da organização. Invariavelmente, a organização precisa associar-se com as outras fontes do poder, pois, ela não é poder em si mesma. Outro aspecto do poder da organização é a quantidade de objetivos e metas a que persegue. Quanto mais, menos expressivo será sua força e condicionamento.

Quando se diz que a organização se utiliza especialmente do poder condicionado, concorda-se que ela não é um ato consciente (para os submetidos, muitas vezes nem para quem submete), assim, não é humilhante, nem doloroso. (GALBRAITH, 1989, p. 62)

Porém, não existe poder livre e espontâneo por si mesmo. Todo poder precisa do seu pólo opositor. O mesmo princípio é verificado na física (ação e reação), nas relações humanas em termos psicológicos e na teologia (o bem e o mal).

3.4. A DIALÉTICA DO PODER

Galbraith diz que em geral a resistência ao poder sucede de modo simétrico, tanto com relação às fontes quanto aos instrumentos do poder.

Instrumentos	Fontes
Punição condigna x punição condigna	Personalidade x personalidade
Compensatório x compensatório	Propriedade x propriedade
Condicionado x condicionado	Organização x organização

Porém, constata-se algumas formas assimétricas de resistência ao poder que podem ser verificadas no poder religioso ou na manifestação da resistência por intermédio da organização.



3.5. A REGULAMENTAÇÃO DO PODER

Na sociedade moderna, é função do Estado regulamentar o poder. Assim sendo, observa-se as seguintes posições do Estado diante do fenômeno do poder:

Em relação às FONTES de poder:	Em relação aos INSTRUMENTOS do poder:
personalidade > tolerância propriedade > proteção organização > defesa, justificação	condigno > regulamentado compensatório > protegido por lei e pelos costumes condicionado > protegido e fomentado

3.6. RELIGIÃO E IMPRENSA

Galbraith associa o conceito de poder divino com poder da personalidade. Partindo deste pressuposto, identifica que a influência exercida pelos ministros religiosos da atualidade é incomparável à influência de alguns pregadores do passado. Também a importância da igreja cristã na história e na sociedade está se tornando relativa. Aliás, a organização está se dissolvendo, e as pequenas partes competem entre si mingando as forças que têm.

Tendo diminuído a utilização dos recursos condignos e compensatórios, a igreja cristã procura exercer sua influência quase exclusivamente por intermédio do condicionamento.

De maneira similar à religião, os meios de comunicação buscam submeter por via da crença. Os modernos meios de comunicação são constituídos de organizações, onde os indivíduos se tornam anônimos, e os que são vistos, são personalidades sintéticas.

O exercício do poder através dos meios de comunicação é limitado porque se realiza através da organização, porque apresenta grande volume de informações e tentativas de persuasão e pela improbabilidade de suas informações. Porém, a mídia pode

exercer poder quando afirma crenças já existentes (ilusão de poder), quando fornece consolo e catarse diante de frustrações (a sensação de estar participando) e através de um efeito residual do condicionamento (alguma influência sempre se estabelece).

3.7. CONCENTRAÇÃO E DIFUSÃO

Enquanto até o séc. XVIII não se tratava da questão do poder, Marx conseguiu colocar o assunto em pauta. As massas e os indivíduos desenvolveram a percepção do poder ou desenvolveram a ilusão do poder. O poder atual se apresenta de maneira concentrada em grandes corporações ou difusa entre pequenos grupos/indivíduos.

A experiência do poder pessoal se dá nas organizações, através dos processos burocráticos e/ou políticos. A afluência liberta o indivíduo da submissão, mas, o poder que ele exerce muitas vezes é ilusório.

A organização que realmente concentra poder é o exército militar, com estrutura interna e alcance externo. Fora dali o poder condicionado é o mais utilizado contemporaneamente.

O texto de Galbraith se ocupa especialmente com o poder de natureza política e econômica. Ele não pretende investigar em mais profundidade outras formas de poder, como o autor avisa em nota de rodapé quanto ao *apparatus* dos tribunais. (GALBRAITH, 1989, p. 89) Assim, o leitor deve manter em mente que nem todos fenômenos do poder podem ser compreendidos exclusivamente a partir do texto.

4. OBSERVAÇÕES ANÁLOGAS NA IGREJA MENONITA DO BRASIL

Ao reler alguns capítulos da história menonita do Brasil (KLASSEN, s/d) sobressai o processo de mudança quanto a prevalência das fontes de poder. Enquanto submetidos ao rigor do pioneirismo, sob efeito da sensação de liberdade do poder comunista e desafiados ao trabalho árduo por causa da pobreza e da fome, os colonizadores aceitavam deliberações sem maiores



questionamentos. Porém, uma vez equilibradas as questões primárias de subsistência, personalidades salientes procuravam interferir nos processos sociais. Duas questões entraram em foco: 1. Se a cooperativa deveria fundir-se com a associação de colonizadores; 2. Se a igreja menonita deveria fundir-se com a igreja irmãos menonitas.

Como todos eram igualmente pobres, o poder a partir da propriedade não sobressaiu. As batalhas eram travadas ao nível da personalidade e da organização. Buscavam-se soluções pela organização das atividades (cooperativa e igrejas), submetendo os colonizadores às mesmas, inclusive com juras de fidelidade. (KLASSEN, vol. 1, p. 181) Havia, no entanto, uma organização prevalecente a todas as outras: a Igreja Irmãos Menonitas já vinha estabelecida como organização desde o embarque migratório em Hamburg. E o poder condicionado da simbologia religiosa, o batismo por imersão,¹⁴ foi utilizado para manter a unidade organizacional, impedindo fusões com a Igreja Menonita e/ou com a cooperativa.

O ancião David Nikkel,¹⁵ personalidade proeminente em debates e em contatos com a comunidade menonita na Europa e Estados Unidos, sofreu oposição por 14 anos, até que a colônia em Santa Catarina se dissolveu. Prevaleceu a organização eclesiástica. Prevaleceu o poder simbólico, representados especialmente na pessoa do pregador Gerhard Rosenfeld.

Klassen também conclui que mesmo o poder organizacional, tanto o cooperativista quanto o eclesiástico, sofreu reveses a partir de atos isolados (ele chama de individualistas) de famílias que buscaram sua subsistência próximo à cidade de Curitiba. Muitos preferiram submeter-se a uma organização municipal, que permanecer em tensão a partir das personalidades preponderantes deste conflito. (KLASSEN, vol 1, p. 180-182) Esse modelo, da comunidade inserida na sociedade municipalista,

¹⁴ Aparentemente o único empecilho para a unificação das igrejas, era a forma de batismo.

¹⁵ Até a grande crise, da igreja dos irmãos menonitas.



persiste até o presente momento. A partir da dissolução da colônia catarinense não se levantaram mais líderes com poder de personalidade, exceto nas igrejas. Mesmo nestas, as lideranças foram pouco expressivas e não conseguem evitar o fracionamento das comunidades atualmente existentes. As tentativas de manter a comunidade menonita no Brasil unida são efetivadas a partir de instituições: COBIM – Convenção Brasileiras das Igrejas Irmãos Menonitas; AIMB – Associação das Igrejas Menonitas do Brasil e AEM – Associação Evangélica Menonita.

Talvez o fracionamento de algumas igrejas nos últimos dez não esteja associado apenas à falta de liderança mais expressiva ou de instituições pouco organizadas. Galbraith afirma que “os membros de um grupo devem estar firme e uniformemente convencidos de seus propósitos a fim de os divulgarem eficientemente no âmbito externo”. (GALBRAITH, 1989, p. 65) A igreja menonita no Brasil esfacelou e dispersou o foco de sua mensagem, influenciada pelo meio. Tentando concorrer com o crescimento de igrejas vizinhas de outras denominações, incorporou teologias de avivamento, modelos eclesiais diferenciados, abrindo mão em algumas igrejas inclusive da tradicional escola bíblica dominical etc. Enquanto no passado se concentrava em algumas linhas doutrinárias básicas, atualmente a igreja procura atender a todas as doutrinas que são levantadas e verificadas como bíblicas, fragilizando-se mediante a diversidade de seus objetivos. (GALBRAITH, 1989, p. 69)

Ao pensar nas definições de Galbraith, pode-se concluir que não houve simetria bimodal, harmonia interna e externa. (GALBRAITH, 1989, p. 60) Enquanto não se desenvolveu uma harmonia interna a partir dos detentores do poder, não podia haver alcance sobre os imigrantes colonizadores. De fato, as atas escritas em assembleias da associação dos colonizadores, tanto quanto em atas de assembleias das igrejas atestam que, muitos menonitas se afastaram da comunidade e da igreja em função dos graves embates que assolaram a comunidade por 16 anos. Como



se não bastassem as lutas pela sobrevivência, houve uma luta expressiva e de longo alcance, luta de poder.

5. PODER E CONFLITOS MORAIS

Conflitos de modo geral e conflitos morais especificamente são essencialmente diferentes, no que concerne à abordagem teórica e ao tratamento através da negociação. Talvez seja esta a hipótese principal do texto do professor Dr. James Reaves Farris: “Conflito moral e religião”. A diferença impõe um estudo comparativo para a compreensão do conflito moral.

As construções teóricas clássicas a respeito dos conflitos partem do pressuposto da escassez. Indivíduos, grupos ou organizações entram em tensão por competirem por interesses diante de recursos finitos. Inicialmente se pensava nos recursos biológicos de subsistência e existência. Mas, o modelo biológico foi substituído por teorias da psicologia social, a saber, teoria da comunicação e da distribuição do poder. (FARRIS, 2002, p. 2) Embora existam outros elementos na constituição dos conflitos, esses recebem a preferência na construção de modelos de resolução de conflitos na atualidade.

Afirma Farris, “o estilo e o conteúdo de qualquer comunicação são influenciados pela percepção do poder disponível para a pessoa... Poder e comunicação são inseparáveis e estão condicionados socialmente”. (FARRIS, 2002, p. 3) Estes elementos, no entanto, não possuem o mesmo peso nos conflitos morais. Nestes as crenças, os princípios e as constituições ou ordens morais são os elementos que sustentam o quadro tensional. Questões pertinentes à identidade, ao simbólico e ao significado desencadeiam as forças beligerantes. Mais importante que as regras sociais, são os valores simbólicos e morais. Diante desses elementos, a comunicação melhorada até a eficiência máxima pode permanecer inócua quanto à resolução do conflito, quando não gera muito mais confusão do que já existia.



5.1. A ESTRUTURA DO CONFLITO

A gênese de qualquer conflito pode ser sequenciada segundo o seguinte processo: (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998)

1. Frustração de um interesse de “A”.
2. “A” interpreta a situação que vivencia.
3. Ações de “A” segundo sua interpretação (independentemente se falsa ou verdadeira).
4. Reação de “B”, também a partir de sua interpretação, que pode ser de conclusões totalmente diferentes.
5. Portanto, os resultados se mostram caóticos, ilógicos e desconcertantes para as partes.
6. As partes pressupõem intenções hostis e contrárias umas das outras, gerando afastamento defensivo.
7. Geração cíclica de mais frustrações, interpretações, ações, reações e frustrações.
8. O ciclo das frustrações paralisa as partes para a negociação construtiva.

Assim, os conflitos se originam na frustração de interesses, na obstrução do suprimento das necessidades e na diferença de opiniões. As causas dos conflitos podem estar associadas a vários elementos como estilos diferenciados de personalidade, interdependência das tarefas no trabalho, metas diferentes, utilização de recursos compartilhados e diferenças de informação e percepção. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 47-48)

5.2. MANEJO DE CONFLITOS

O conflito em si não é nem positivo, nem negativo. No entanto, o modo de operar o conflito pode mostrar-se negativo ou positivo, destrutivo ou construtivo. Para a resolução de conflitos é fundamental que se aceite o conflito como parte da existência, grávida de oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Os efeitos negativos dos conflitos são bem conhecidos: sofrimento que gera conclusões precipitadas e/ou descabidas, afastamento defensivo, o problema final se torna maior do que



aquele que originou o conflito e a ruptura da relação. Por desfocar o problema inicial, desvia-se fundamental energia para propósitos sem nexos pragmáticos. O fluxo e a utilidade da comunicação ficam distorcidos, paralisando as suas funções.

Porém, o conflito contém em si a possibilidade do crescimento, expandindo o conhecimento das pessoas e dos assuntos tratados, mobilizando recursos e energia das partes até então latentes, facilitando a busca de alternativas e favorecendo o desenvolvimento de habilidades até então desconhecidas. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 49; MALDONADO, 2005, p. 15)

Os métodos de resolução de conflitos passaram por importantes transformações durante as últimas décadas. As teorias mecânicas que buscavam suprimir os conflitos fortalecendo as regras da organização, foram substituídas pelas teorias das relações humanas, que fomentam o conhecimento mútuo das partes em torno de suas características e traços individuais. Contemporaneamente se utilizam os métodos gerenciais, isto é, que contemplam as organizações como redes de negociação de conflitos. A visão gerencial do conflito pressupõe o predomínio do conflito, portanto, considera o processo de constante negociação como parte da organização. Não há ressentimento quanto à existência de conflitos e estes são considerados como oportunos. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 51-52)

Os conflitos podem ser caracterizados segundo níveis de intensidade: **a.** Da discussão se parte para o debate. Se o conflito não for resolvido, **b.** perde-se a confiança nas alternativas da outra parte e rotula-se a outra parte. Em certa altura, **c.** torna-se difícil retirar-se do embate, pois, isso seria considerado perda. **d.** Assim se desenvolvem estratégias para forçar o outro a cumprir os interesses, de modo agressivo e destrutivo. Por fim, **e.** a única coisa que se quer é sair vencedor a qualquer custo, ainda que por cima do cadáver do outro. Os resultados finais são: **f.** a ruptura, o afastamento e a amargura. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 53)



A resolução de conflitos pode suceder por acomodação (desfocalização e negação), por dominação (imposição dos interesses pelo poder), compromisso (barganha) e solução integrativa dos problemas. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 55)

5.3. CONFLITO MORAL

Enquanto conflitos em geral são gerados a partir da frustração de interesses, os conflitos morais têm sua origem no confronto ou ameaça de princípios, crenças ou sistemas de moral. Estes elementos conferem identidade, significado e sentido, valores morais e simbólicos a indivíduos e a grupos e transcendem “as regras sociais que normalmente regulam o comportamento”. (FARRIS, 2002, p. 3)

Quando existem conflitos relacionados à religião é preciso manter em vista que estes não estão vinculados a valores práticos, interesses materiais, comunicação e/ou necessidades concretas. Antes, estão associados a valores simbólicos que evocando o fenômeno espiritual do ser humano, o relacionam com o contexto definitivo da vida ou com o sentido último, como expressa Viktor FRANKL (1998, p. 97). Cada sistema simbólico e valorativo tem a sua ordem moral, seu código moral de ser e de conduta. Quando estes entram em conflito, então se constitui o conflito moral.

No entanto, as fronteiras entre conflitos e conflitos morais não se apresentam tão nitidamente definidos. De fato, os sistemas simbólicos estão frequentemente associados com os sistemas econômicos, sociais e políticos. Assim, desse caldeirão de elementos se desenvolve uma mistura de crenças e valores associados, que se sobrepõe quando conflitam com indivíduos ou grupos. Talvez os conflitos de interesses, de comunicação e poder sejam mais facilmente manejáveis, mas, soldados e confundidos



(*verwachsen*¹⁶) com conflitos morais, se desenvolvem num quadro caótico e complexo de manejo e resolução.

5.6. CONFLITO MORAL E RELIGIÃO

Universos morais diferentes, que se expressam via pressupostos simbólicos, princípios e valores radicalmente diferentes, quando colocados em interação, tendem a entrar em conflitos. Esse teorema não se estabelece apenas nas religiões, mas, em todos os universos configurados por símbolos, significados e valores que servem para dar identidade e razão de ser a um indivíduo ou a um grupo.

As regras de manejo e negociação de conflitos comumente utilizados tendem a ser inócuos nesses universos. Uma razão pode estar atrelada ao fato que as crenças e os valores fundamentais, os direitos e os comportamentos são considerados inquestionáveis e não negociáveis. A outra, pode dar-se a partir do fato que símbolos e valores são interesses de natureza profundamente subjetivos, atrelados “ao sagrado, a Deus, à natureza do universo, ou ao contexto definitivo da vida”. (FARRIS, 2002, p. 13) Portanto, o conflito moral, norteador por universos diferenciados de ordens morais precisa receber um tratamento diferenciado em relação aos conflitos comunicacionais e de poder.

5.7. TRATAMENTO DO CONFLITO MORAL

O choque entre duas ordens morais incompatíveis resulta no conflito moral. Para manejá-lo, Farris sugere que se identifique os problemas fundamentais (de ordem moral) que alimentam o conflito e que se busque descobrir a questão básica (de ordem existencial, real) que sustenta o conflito.

¹⁶ Do alemão: entrelaçado; enxertado; intrincado; mesclado, no sentido de que as fibras musculares ou vegetais se misturam num todo indiferenciável.

6. A EVOLUÇÃO DO CONFLITO CATARINENSE DA IGREJA MENONITA

A análise a seguir busca identificar os níveis de evolução dos conflitos nos quais os colonizadores imigrantes menonitas se viram envolvidos nos anos 1936 a 1950. O modelo utilizado será o de Hodgson, apresentado por Martinelli e Almeida. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 52-53) Defende-se a tese que o conflito por fim se tornou de natureza moral. Portanto, não seria possível encontrar solução, senão a dissolução da comunidade e a reorientação em novas condições sociais e geográficas, como de fato sucedeu.

Um conflito se apresenta quando uma parte de um processo de interação se considera frustrada em algum de seus interesses. Assim, a frustração desencadeia num **primeiro nível** a discussão entre as partes em termos racionais, abertos e objetivos. Relata-nos o historiador dos menonitas no Brasil, P. P. Klassen, que as duas figuras centrais do conflito, o ancião David Nikkel e o pregador Gerhard Rosenfeld, eram inicialmente cooperadores nos sonhos comuns para a comunidade colonizadora (inclusive da mesma igreja, isto é, dos Irmãos Menonitas). (KLASSEN, s/d, p. 397) O primeiro nível de discussões se deu em torno da constatação de Nikkel que um terço dos colonizadores não eram membros de nenhuma igreja menonita, mas, os mesmos participavam dos benefícios e da produtividade da Cooperativa Witmarsum. Nikkel considerava que uma aproximação entre a cooperativa e as igrejas facilitaria o resgate religioso dessas pessoas. Rosenfeld, por sua vez, ancião da facção dissidente de 1860 não concebia tal associação, antes, lutou durante toda a sua vida por uma separação nítida entre o estado (cooperativa) e a igreja, mesmo entre a Igreja dos Irmãos Menonitas e das outras duas igrejas menonitas então representadas no Brasil (Igreja Menonita e Igreja Evangélica Menonita Independente). Como a maioria dos colonizadores era da IIM, a separação tinha um efeito social, econômico e religioso importante sobre toda a colônia.



Ao **nível 2** a discussão se transforma em debate, onde as pessoas fazem generalizações e buscam padrões de conduta da parte oponente para enquadrá-los. A objetividade diminui. Rosenfeld se queixa por escrito de uma “ditadura ferrenha”. Nikkel se refere em assembleia dos associados ao “caso Rosenfeld”, que este estaria trabalhando contra a colônia, a cooperativa e o bem comum. (KLASSEN, s/d, p. 398)

Klassen reconhece que não é fácil apresentar evidências inequívocas décadas depois quanto ao processo do porquê (razão) e do como (forma) relacionamentos humanos se transformam em conflitos. Porém, afirma que as consequências permitem “deduzir que, do relacionamento temporariamente bem sucedido entre Nikkel e Rosenfeld se desenvolveu a inimizade da qual surgiu ‘o grande conflito’”. (KLASSEN, s/d, p. 398) Segundo Hodgson, esse seria o **terceiro nível** de conflitos, no qual as partes demonstram uma grande desconfiança pelas escolhas feitas e opções assumidas pela outra parte. (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998, p. 52)

Durante o **quarto nível** as imagens da outra parte passam a ser pré-concebidas, a objetividade diminui e as posições começam a tornar-se rígidas. Tal movimento pode ser constatado na história menonita quando a IIM, inicialmente inclinada a constituir a igreja da aliança, retroage a partir dos conflitos dos referidos líderes e se nega a aceitar no rol de membros um expressivo número de membros das outras igrejas que foram batizadas por aspersão e que cultivavam o hábito do fumo.

Uma vez que o conflito não pôde ser resolvido entre os líderes citados, ele foi levado a público tanto nas assembleias da cooperativa, quanto da IIM. Assim, se dá o passo para o **quinto nível** em que cada um dos líderes não pode mais retroceder das suas posições. Caso o fizesse, teria que assumir a vergonha pública da derrota.

Pode se considerar um fato curioso que grande parte da agressividade, das ações concretas do conflito, se deu mediante cartas e escritos (jornais: internos e estrangeiros; atas; cartas).



Houve relativamente poucos confrontos públicos. Nikkel não se intimidava diante do debate público, mas, Rosenfeld se retirava das assembleias e/ou nem comparecia às mesmas. Essas retiradas lhe eram facilitadas porque dominava sobre o grupo maior dos colonos, podendo sentir-se vencedor; por sua vez, instigava tanto mais a raiva da parte oponente. Intimações e resoluções, juras de fidelidade e comprometimentos precisavam ser assinados para que ficasse patente quem labutava por qual facção. (KLASSEN, s/d, p. 401) Assim, cada parte desenvolve o **sexto nível**, através de ameaças, demandas e punições.

No **sétimo nível** as partes passam a agir de modo destrutivo. Um grande número de artigos sobre a situação conflituosa foram publicados em jornais estrangeiros dos EUA e da Europa. Cada parte procurava aliciar cúmplices para a sua autodefesa. Especialmente uma carta escrita pelo ancião ao missionário americano Jakob D. Unruh teve repercussões altamente conflitivas. O missionário destruiu a carta depois da leitura, mas, descobriu-se pouco depois que este havia mandado uma cópia para a sua chefia em Assunção (filial do MCC¹⁷). A parte oponente fez longos e intensos esforços para obter tal carta (inclusive apelando para o MCC em Akron, Pennsylvania), com a finalidade de incriminar a Rosenfeld, para finalmente ter a prova fatal de suas más intenções e conduta destrutiva. Em 1947, durante uma assembleia da IIM, um grupo expressivo se retira quando Rosenfeld ataca a Nikkel na ausência deste. “Deixe-os ir”, afirma o pregador, “assim a atmosfera se purifica”. (KLASSEN, s/d, p. 403) Depois deste episódio, Nikkel e sua família se transferiram para a IM (Igreja Menonita).

Quando a própria IIM sofreu evasões, com adesão nas outras comunidades, esta se rigidificou desligando-se definitivamente da Comissão para Assuntos Eclesiásticos que tratava de questões comuns entre as igrejas. Um expressivo número de famílias vendeu suas propriedades e mudou para a

¹⁷ MCC – Mennonite Central Committee.



colônia menonita em Curitiba que se formou na primeira metade da década de trinta por questões de sobrevivência. Outras famílias buscaram sua sobrevivência em Clevelândia, PR e na região metropolitana de Curitiba, chamada Guarituba. As pessoas não contendem mais por posições, idealismos ou partidos. Cansadas e desiludidas simplesmente buscam a autopreservação. É destes elementos que se constitui o **oitavo nível** no desenvolvimento dos conflitos. Com a aparente desunião dentro da IIM, também toda a colônia catarinense passou a estar sob ameaça de implosão, o que de fato aconteceu quando esta igreja encontrou terras planas, próprias para o cultivo do trigo como na Rússia, em clima mais frio, nos pampas sulinos do Rio Grande do Sul, perto da cidade de Bagé.

O conflito terminou, cada um foi para um lado, o **nono nível**. As últimas famílias que deixaram o vale do Itajaí migraram para uma nova colônia nos Campos Gerais do Paraná, também nomeada de Witmarsum. Surpreendentemente, ambos os rivais mudaram para esta mesma colônia, porém, não contenderam mais abertamente. A IIM desta colônia vivenciou uma reconciliação e reunificação com o grupo que emigrou de Santa Catarina, mas, a reconciliação com a IM se dá apenas nos anos 80, já depois da morte dos líderes contendedores.

Pensa este autor que os conflitos eclesiais em especial sofrem mais dois níveis que não são mencionados por Hodgson. A saber, o afastamento, constituído por evitação mútua durante alguns anos, até décadas, dependendo da importância do conflito. Segundo observação deste autor, o afastamento entre as partes persistiu na colônia Witmarsum até os anos 80. O afastamento em relação à colônia riograndense persiste, mesmo por razões geográficas, até aos dias de hoje, exceto nos espaços internos da IIM. Um último nível, que provavelmente é inerente ao anterior, é a vivência da amargura durante toda a existência da geração conflituosa. A repetição da história, contada com carga emocional acentuada, com comentários críticos, negativos, pejorativos e/ou tristes pode-se estender por uma vida inteira.



7. OS ELEMENTOS MORAIS E RELIGIOSOS DO CONFLITO

Nestes últimos parágrafos pretende-se identificar e descrever os elementos morais e religiosos dos universos morais em conflito. Parte-se da hipótese que conflitos de poder e de comunicação (enfim, os conflitos não morais) se transformam em conflitos morais quando não encontram soluções satisfatórias para as partes. Quando não existem soluções concretas, as partes percebem a indissolubilidade do conflito na imoral da outra parte.

Os primeiros valores morais citados por Klassen tratam de questões milenares do cristianismo: a santificação da igreja e diferenciação com o chamado mundo; o dualismo entre Igreja e Estado. (KLASSEN, s/d, p. 395) Surpreendentemente, ambas as partes contendentes eram da igreja da maioria. Paradoxalmente não conflitavam com aquele um terço de colonos que não pertenciam à igreja alguma, mas, entre si e entre as três igrejas representadas. Assim, especialmente a IIM imputava valores e princípios mundanos às outras duas igrejas irmãs.

Anos mais tarde o elemento moral se apresenta na forma do batismo. (KLASSEN, s/d, p. 398) O dogma do batismo por imersão versus por aspersão permanece até a dissolução da colônia catarinense. Atualmente mesmo a IM batiza a maioria das pessoas por imersão. Porém, há liberdade individual de escolha pela forma batismal.

Uma terceira classe de valores e princípios se constitui a partir do momento em que as posições se enrijecem, quando o pregador afirma que as exigências das Escrituras Sagradas são normativas e não as exigências do executivo da cooperativa, o ancião Nikkel. (KLASSEN, s/d, p. 398)

Por parte da administração da colônia também havia alguns valores de natureza moral, quando se defende a unidade e o cooperativismo como valor normativo. Outro princípio moral parece ter sido o valor da maioria. (KLASSEN, s/d, p. 399) Nikkel recorria reiteradas vezes ao argumento a favor da



unificação a partir do fato de que um terço dos colonos não serem membros de alguma igreja.

Enquanto o pregador defendia que nenhuma instância tivesse acesso e interferência em questões eclesásticas, o ancião argumentava que um deveria carregar o fardo do outro. (KLASSEN, s/d, p. 400) Assim, de lá e de cá, a fundamentação dos argumentos se baseava em valores e princípios que dão razão de ser e identidade aos grupos em conflito.

Ao final do grande conflito menonita no Brasil, a reputação e a imagem pessoal dos próprios líderes eram associados aos valores morais. Os princípios morais e normativos que inicialmente eram gerais a partir de fontes mais universais como a Bíblia e a tradição, agora se restringiam à figura de algumas poucas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese principal do Dr. Farris, de que conflitos em geral e conflitos morais são essencialmente e estruturalmente diferentes, tendo importantes implicações para o seu manejo, se confirma na história dos menonitas no Brasil. O que não pôde ser discutido no corpo do artigo, quer ser apenas mencionado na conclusão. Vários mediadores, enviados pelos irmãos de fé dos EUA acabaram invariavelmente envolvidos e aniquilados, pois, sempre caíam na rede dos valores morais, dos princípios dogmáticos e das perspectivas de identidade (os 3 mediadores enviados eram da IIM). Assim, apenas implementavam o caos, conforme previsto no final do texto de Farris.

Embora inicialmente uma série de conflitos pudessem ser vistos na perspectiva da escassez, no decorrer da evolução do conflito se pode constatar com nitidez que outros fenômenos se impõem na manutenção do conflito, sendo o maior e final deles o elemento moral e religioso.

A questão de identidade da IIM era recente. Apenas há 70 anos um grupo da IM na Rússia saiu da grande instituição, sob ameaças, impérios e segregação. O pavor vivenciado pela



situação limite da revolução russa de 1916 e a primeira guerra mundial diluíram temporariamente as fronteiras entre as várias instituições. Mas, uma vez estabelecido o suprimento das necessidades vitais básicas, a questão de identidade se apresentou em todo seu vigor. Dois universos diferentes estavam em debate: O universo do cooperativismo e o universo da identidade religiosa. Sem compreender a estrutura essencialmente diferente, homens bravios tentaram equacionar o conflito. Mas, este se aplacou apenas mediante afastamento. Não teria sido possível equacionar o grande conflito, enquanto não se considerasse a essência estruturalmente diferente dos universos morais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARRIS, James Reaves. **Conflito moral e religião: universos morais, valores definitivos e teorias de conflito**. Artigo não publicado, 2002.

FRANKL, Viktor E. **Der unbewusste Gott**. München: Kösel, 1998.

GALBRAITH, J. Kenneth. **Anatomia do poder**. Trad. Hilário Torloni. 4ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

HAWKINS, David R. **Power vs. force – the hidden determinants of human behavior**. California: Hay House, 1995.

KLASSEN, Peter P. **Die russlanddeutsche Mennoniten in Brasilien**. Vol. 1 e 2. Paraná: Coop. Mista Agropecuária Witmarsum; Paraguay: Imprensa ASCIM, 1995.

KRAUSZ, Rosa. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MALDONADO, Jorge E. **Crises e perdas na família – consolando os que sofrem**. Viçosa: Ultimato, 2005.



MARTINELLI, Dante & ALMEIDA, Ana Paula de. **Negociação e solução de conflitos**. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

MIERMONT, Jacques. **Dicionário de terapias familiares: teoria e prática**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1994.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIEGER, Jochen. **Das Vaterunser in 12 Liedern**. Germany, Asslar: Musikverlag Klaus Gerth, 2003.

RUSSELL, Bertrand. **O poder – uma nova análise social**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.